

O AGRÁRIO VERDE-AMARELO, HOJE E AMANHÃ

Geraldo Müller*

O BRASIL NO INÍCIO DOS ANOS 90

O triênio 1981/83 pode ser considerado como um sinalizador histórico da economia e da sociedade no Brasil. Indica o final de um longo período de crescimento, iniciado há mais de 40 anos, em que o país tentou superar o subdesenvolvimento.

Durante estes anos, o Brasil passou de um conglomerado de plantações para um expressivo parque industrial e de serviços. Passou do campo para as cidades. Das oligarquias rurais para novos grupos, categorias e classes sociais, e uma classe média afluyente.

Mas passou também a ser o país com a maior concentração de pobres do mundo ocidental.

Ainda que ocupando o 10° lugar mundial em termos de produto interno bruto (PIB), consta como sendo o 45° país em termos de renda *per capita*, e o 62° índice internacional de mortalidade infantil.

O crescimento centrado na substituição de importações industriais parou. E a capacidade de avançar a base material cessou. O país conseguiu edificar um grande, complexo e integrado parque produtivo, regionalmente concentrado, e com seu grande promotor totalmente exaurido: o Estado não dispunha mais de forças financeiras e políticas para promover uma nova e gigantesca onda de inversões, tal como fizera em décadas passadas.

Nestes mais de 40 anos de profundas mudanças tecno-econômicas, sócio-políticas e culturais uma característica se manteve: a tendência à concentração da renda, do capital, da produção e da propriedade. O poder, num sentido amplo, concentrou-se.

O poder econômico guinou o país a dispor de uma estrutura industrial e agrícola invejável, dentro dos padrões tecno-produtivos disponíveis a nível internacional. Contudo, o fez pelo caminho inverso das modernas democracias industriais. Nestas, a participação do trabalho na renda nacional situa-se, na média, em 70%, ao

*Pesquisador do Departamento de Planejamento Regional, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rio Claro, São Paulo

passo que no Brasil situa-se em menos de 40% sendo que em décadas passadas chegou a situar-se em 60%. A distribuição da renda entre os decís da população piorou durante os anos 80: 70% dos mais de 70 milhões de brasileiros que compõem a população economicamente ativa (PEA), recebe menos de dois salários mínimos, em valores de 1990. Em princípios dos anos 80, cai por terra o regime autoritário militar, o que propicia vazão a toda a sorte de reivindicações sócio-políticas.

Com rapidez e voluptuosidade ímpar vem à tona a face mais cruel do modelo que se esgotara: as imensas massas sociais de pobres e miseráveis. Agora, convidadas pela democracia infante a exercerem seus direitos sociais, a participarem com os demais grupos sociais da cidadania.

A crise financeira, resultante da crise da dívida externa, implicou num ajustamento dos setores público e privado, cujo ônus foi assumido fundamentalmente pelo Estado. De fato, ocorreu uma transferência para o setor público. (Pereira, 1989, p.298).

Ante um Estado combalido, o setor empresarial continuou com seus hábitos costumeiros: solicitar subsídios e incentivos. E ante um empresariado "habituaado a operar segundo uma lógica oligopólica estática em defesa de suas posições adquiridas" (Barbera, 1990, p.95), o Estado continuou a dar subsídios e incentivos. A novidade, neste ambiente de fim de festa, era a disputa interempresarial pelos fundos públicos.

Ao mesmo tempo, os empresários exigiam que o Estado formulasse políticas macro e setoriais claras e estáveis, taxando-o de inepto e irresponsável na rolagem da dívida interna, fraco na negociação da dívida externa, e amarrado por uma máquina burocrática lerda e corrupta. De fato, quem não tinha razão ?

Os anos 80 revelaram a incapacidade das forças econômico-políticas de pôr em prática um reordenamento nacional que permitisse a retomada do crescimento, pelo menos, a médio prazo. Expressiva foi a duração do que se chamou de "transição democrática" (1974-90) que, por sinal, parece ainda estar em andamento. Desde 1986, o país se converteu em um imenso laboratório de experiências em política econômica, que visavam a domar a inflação, estabilizar o sistema econômico e

expô-lo cada vez mais à competição internacional. Em realidade, "o saldo da década foi um impressionante inventário de frustrações" (Serra, 1990).

Cabe ressaltar que as expectativas de que se poderia pôr rapidamente em marcha um novo ciclo expansivo tinham uma base real. O crescimento herdado criara um mercado interno de porte, juntamente com um enorme mercado potencial em transportes, energia, agricultura e agroindústria, telecomunicações, informática, educação, pesquisa e saúde. O que exigia, no entanto, um novo padrão de financiamento.

A instabilidade e volubilidade das políticas econômicas; a incapacidade de pôr em prática políticas seletivas face aos novos desafios tecnológicos e comerciais internacionais; o conservadorismo da grande maioria do empresariado; o desnorreamento do poder legislativo, ávido em atender qualquer reivindicação; as pressões sindicais e sociais reprimidas — tudo isso fez com que se acelerasse a inflação e se elevasse o déficit público.

A inflação penetrou de tal modo na economia e na conduta dos agentes que fez crescer de modo atípico as instituições financeiras, muito além de sua própria modernização. Tornou-se freqüente que a indústria, por exemplo, obtinha parcela maior de suas receitas, não na comercialização de seus produtos, mas com as aplicações no *over-night*. Contudo, o próprio sistema de intermediação financeira estava atrelado à crise geral da economia e sociedade brasileiras, cujo epicentro residia na ausência de um padrão de financiamento capaz de reverter as expectativas dos agentes econômicos centradas na esfera especulativa de curto prazo, para a esfera produtiva de médio e longo prazos. Os bancos atrelaram-se à inércia econômica e política do Estado, girando a, e usufruindo da, imensa montanha de títulos da dívida das empresas e do próprio governo. A crise fiscal aparece como um grande gargalo para a retomada do crescimento.

O problema do ajustamento das contas públicas mostra-se como um dos elementos nucleares das pré-condições para que seja restabelecido o papel desenvolvimentista do Estado (Batista Jr., 1989, p. 308). O outro elemento, agora diretamente atrelado a este, por causa da forma democrática

associada à retomada do crescimento, é de caráter sócio-político: a participação dos diversos segmentos sociais na retomada do crescimento econômico, que objetiva não somente romper o bloqueio ao crescimento, mas de efetivamente superar o subdesenvolvimento. O velho dilema entre acumulação e distribuição reaparece numa situação de profunda crise nacional e de grandes mudanças tecno-produtivo-comerciais e sócio-político-culturais também no âmbito internacional.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL E CRISE NACIONAL

A situação na qual os países podiam controlar sua demanda global e aplicar políticas dirigidas aos objetivos nacionais mudou drasticamente na década de 70, para os países desenvolvidos e, na década de 80, para os países subdesenvolvidos. Existe um grande consenso de que nestas décadas foi desmantelado um padrão de crescimento e de desenvolvimento sem que se tenha conseguido um novo ciclo de expansão internacional, semelhante àquela do pós-2ª guerra mundial. Os impactos mais negativos desta situação se concentram nos países subdesenvolvidos.

Um dos mecanismos que se tem fortalecido nos interstícios do padrão de crescimento anterior, e que tem sido aceito pelos organismos internacionais para se conseguir um novo ciclo longo de acumulação de capital, é o de abertura das economias nacionais, mas de uma maneira distinta àquela posta em prática até então. Este mecanismo consiste em expor os países às novas condições de produção e distribuição ditadas pela competição internacional, que é liderada pelos países desenvolvidos que passaram a polarizar os excedentes econômico-financeiros a nível mundial.

A internacionalização produtiva e a globalização financeira se somam, agora, à segmentação dos mercados, o que está relacionado com esquemas flexíveis de geração e distribuição, adequados às diversas e mutantes demandas. Os elementos tecno-econômicos e sócio-políticos que compõem este processo, avançam como uma avalanche sobre as organizações e mercados nacionais, e as instituições sociais e

jurídicas, desafiando-as a mudanças radicais.

Iniciar um novo ciclo de crescimento econômico historicamente já em curso em alguns países da América Latina, como Chile e México — no contexto competitivo atual, e realizá-lo sem degradar o meio ambiente e com graus crescentes de equidade social, requer que se reflita sobre a capacidade disponível de competirmos mercados internacionais e de participar das negociações básicas requeridas pelo novo comércio mundial. O Brasil deve elaborar uma perspectiva minimamente realista, que lhe permita situar-se na nova realidade mundial interdependente e hierarquizada para, a partir daí, pensar seu futuro. Ainda que o futuro não possa ser predito, tampouco se lhe pode voltar as costas.

O realismo mencionado talvez possa ser iniciado por uma idéia óbvia: a de que há uma assimetria básica entre os poderes dos países desenvolvidos e os dos países subdesenvolvidos: "Ainda que os governos de um país desenvolvido e de um país subdesenvolvido se imponham idênticas regras no comércio doméstico, e que ambos sigam idênticas políticas no comércio exterior com idêntica mescla de livre comércio e protecionismo, o verdadeiro tamanho do país desenvolvido e a importância de seu mercado, significará que seus interesses em regular os processos terão um peso maior nas relações com o país subdesenvolvido nas exportações do que vice-versa" (*Strange*, 1988, p. 172).

Com este ponto de partida não se quer subscrever que a crise nacional brasileira tenha sido provocada, nem principalmente e menos ainda exclusivamente, pelos protecionismos internacionais e pela dívida externa. Apenas situar realisticamente o país em sua posição de subdesenvolvido, e de estar numa posição secundária na hierarquia da interdependência mundial.

Ao mesmo tempo, cabe considerar que é evidente que o Brasil não se situa como um dentre os mais de 170 países subdesenvolvidos. Seu parque industrial-agrário desmente, de imediato, uma classificação tão simplória. Os constrangimentos e as pressões internacionais, sempre presentes em nossa história recente, não foram obstáculos suficientes para que o país apresentasse um crescimento econômico invejável no período 1948-80. Para ilustrar, considere-

se que nosso PIB oscilou entre 7% e mais de 11%, entre 1968 e 80. O PIB *per capita*, entre 4% e mais de 8%. A indústria cresceu entre 7% e mais de 13%, enquanto que a agricultura, entre 4% e quase 10%.

A década de 80 já apresenta outros resultados: O PIB cresceu a uma média anual de 1,3%, e o PIB *per capita* decresceu a uma taxa de 0,8% (IICA, 1992, p. 1). Os dois anos da década de 90 não revelam mudanças. A pergunta que nos vem imediatamente à mente é: como pode ter acontecido essa guinada tão monumental?

As relações com o exterior, ainda que parcialmente obstaculizadas pelas difíceis negociações com os credores internacionais, não bloquearam o avanço extraordinário das exportações industriais, agrícolas e agroindustriais. O que, de fato, emergiu como uma muralha de dificuldades foi a falta de capacidade nacional em tentar, a curto e médio prazos, adaptar-se inovativamente às novas relações internacionais em constituição. O modelo de substituição de importações, em sua forma de acumular capital e distribuir socialmente o excedente, esgotara-se - externa e internamente.

Externamente, os constrangimentos se mostraram de imediato, basicamente pela posição secundária que o Brasil ocupa no novo quadro de interdependência mundial e pela fragilidade em dispor de alguma fonte de poder estrutural a nível internacional (Müller, 1993, Anexo). Internamente, a crise fiscal corroeu a capacidade desenvolvimentista do Estado garantir o crescimento, agora exigido sob a forma democrática.

Nesta situação, os anos 80 em diante, colocaram em evidência as características de nosso subdesenvolvimento. E as pressões democráticas estão a exigir um outro caminho para desbloquear o crescimento para, efetivamente, superar o subdesenvolvimento.

A crise nacional repousa precisamente nisto: não se conseguiu um consenso sócio-político mínimo entre os segmentos sociais mais representativos, vale dizer, não se conseguiu um projeto político capaz de fornecer operadores legítimos para contrariar certos interesses e estimular a outros, e, ao mesmo tempo, realizar alianças estratégicas requeridas para a implementação deste projeto.

CRISE NACIONAL E SUBDESENVOLVIMENTO

De acordo com o mestre Celso, "um sistema econômico nacional não é outra coisa senão a prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica na busca do bem-estar coletivo" (Furtado, 1992, p. 30). Neste sentido, a crise nacional atual é basicamente uma crise dos critérios políticos dirigidos a ordenar, regular e estimular a lógica econômica capitalista.

Não se trata de pensar em dirigismo econômico como salvação da pátria. Trata-se de retomar a velha indagação romana - *cui bono?* - à luz da política da economia: *a quem interessa a retomada do crescimento? A todos, evidentemente. Mesmo porque ela é um componente indispensável à estratégia de implementação dos "direitos sociais". Ocorre que a forma democrática, aceita como princípio ativo da sociabilidade que se quer constituir, implica em superar efetivamente o subdesenvolvimento, e não apenas romper o bloqueio ao crescimento (parafraseando Furtado, 1992, p. 45). Este princípio ativo requer um projeto político, uma vez que " a luta contra o subdesenvolvimento não se faz sem contrariar interesses e ferir preconceitos ideológicos" (Furtado, 1992, p. 57).*

Convém aclarar a natureza da crise nacional que vivemos, pois, certamente, este será o grande tema dos restantes anos desta década.

Um estudo sobre a competitividade e o desempenho exportador da economia brasileira, nos anos 70 e 80, segundo os vários complexos industriais -incluindo o complexo agroindustrial- conclui que: "Em primeiro lugar, a base da estrutura industrial brasileira é, sem dúvida, competitiva, o que oferece perspectivas alentadoras quanto ao desempenho da economia a médio prazo. A origem desta eficiência é conhecida: reside na idade tecnológica da capacidade produtiva desses setores, que foi renovada e ampliada durante a década de 70. O aproveitamento desta vantagem no interior de cada complexo é, obviamente, desigual, posto que a heterogeneidade é um traço inevitável em qualquer sistema produtivo contemporâneo. Em segundo lugar, os ins-

trumentos de política industrial tornaram-se inoperantes nos anos 80, conforme demonstra a assimetria entre os privilégios oferecidos erráticamente pelo aparato protecionista e as necessidades diferenciadas dos agentes econômicos". (Araújo Jr. et al, 1990, p. 37).

Tudo leva a crer que a segunda conclusão pode ser estendida a todos os países que se lançaram no processo de substituir importações. Ao sintetizar as críticas dos resultados das políticas econômicas sobre este processo na América Latina, Barbera (1990, p. 95) sustenta que: "Em síntese, estas políticas tiveram como efeito, na prática, a geração de grandes rendas, grupos de pressão e enormes possibilidades especulativas. Em consequência, se produziu uma esclerose precoce das economias, pois a dinâmica do desenvolvimento não estimulou o processo de inovação e difusão tecnológicas no seio dos sistemas produtivos, marcados por um alto grau de concentração e habituados a operar segundo uma lógica oligopólica estática de defesa das posições adquiridas, que se transmitiam, ademais, de forma quase hereditária".

Certamente, em nada contribui o pensamento rústico que se fundamenta simplesmente na maior liberalização do comércio internacional, o que permitiria a inserção dinâmica do Brasil na economia contemporânea, e na diminuição drástica do papel regulador do Estado, o que liberaria o impulso empresarial reprimido, para desbloquear o crescimento e, *ipso facto*, conseguir o desenvolvimento. Sempre há algum grão de verdade nas coisas simplificadas. Contudo, a forma democrática de acumulação de capitais mostra claramente que sem alguns requisitos internos, a abertura da economia e a diminuição do Estado poderão desbloquear o crescimento, mas sem lançar as bases mais sólidas para o desenvolvimento.

"A ninguém escapa que o considerável aumento de produtividade ocorrido no Brasil nos últimos quarenta anos operou consistentemente no sentido de concentrar os ativos em poucas mãos, enquanto grandes massas da população permaneciam destituídas do mínimo de equipamento pessoal com que se valorizar nos mercados". (Furtado, 1992, p. 54). A experiência histórica mostrou que a concentração dos ativos

econômicos não gerou instituições suficientemente flexíveis que operassem com eficácia em uma época de grandes mudanças internacionais. De fato, a rigidez institucional levou a uma esclerose precoce da própria economia - apesar dela dispor de uma estrutura e dinâmica bastante competitivas, como vimos.

A crise nacional é, sem dúvida, de natureza econômica. É também de natureza social. E de natureza política. A dinâmica sócio-política não mais dá o suporte necessário à economia. Os conflitos entre as relações destas distintas esferas da vida coletiva nacional bloqueiam-se mutuamente. Por isso, é muito difícil pensar numa saída econômica para a atual crise nacional, sem pôr às claras as relações entre a economia e os diversos e heterogêneos segmentos sociais, e as relações entre isto e a representação dos interesses politicamente organizados, que deverão dar as condições mínimas à implementação de um projeto político.

Projeto político que se propõe retomar o crescimento econômico para superar efetivamente o subdesenvolvimento. Ou seja, um projeto político nacional democrático, que vise a inserção dinâmica do país no novo contexto competitivo internacional. Nesta idealização, ganham proeminência duas características que marcam nosso subdesenvolvimento e que devemos superar: a privação de poder da maioria e a pobreza.

PRIVAÇÃO DE PODER E POBREZA

De acordo com Furtado (1992, p. 45-48), a teoria do subdesenvolvimento trata do caso especial de situações nas quais os aumentos de produtividade e de assimilação de novas técnicas não conduzem a uma homogeneização social crescente, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população. Das várias características do subdesenvolvimento citadas por este autor, vale a pena ressaltar a seguinte: "exclusão de importantes segmentos da população da atividade política, privados que estão de recursos de poder. Daí a proclividade ao autoritarismo" (Furtado, 1992, p. 56).

A crise nacional tem a virtude de mostrar às claras a relação entre a privação dos recursos de poder e a pobreza. Cabe aqui dizer que, ainda que se tenha a propensão a associar crise econômica com o aumento da pobreza, no caso brasileiro, as informações "mostram que os indicadores sociais não pioraram ao longo da década, havendo mesmo evidências de que uma melhora, ainda que tímida, tenha ocorrido, muito embora os níveis atingidos estejam longe de ser satisfatórios"(IPEA, 1991)¹ Numa década marcada pela instabilidade e pela crise, como explicar este fato social revelado pelos indicadores? Diz Farias (1992, p. 92) que "a forte mobilização política que também caracterizou a década, associada aos avanços na organização popular e a reiteração de eleições democráticas e livres explicam, por caminhos diversos, grande parte desses avanços".

Parece lícito admitir que com um clima de liberdade, esses milhões de excluídos são capazes, por caminhos diversos, de obter algum recurso de poder. Há, sem dúvida, perigos que rondam a obtenção destes recursos, como o clientelismo, de um lado, e o cesarismo de outro. Não se pode esquecer que "no caso de nosso país, como muitos outros da América Latina, a democracia de massas significa uma democracia de massas pobres. Na realidade, se considerarmos os baixíssimos níveis de escolaridade e de consumo, no conjunto, talvez fosse mais adequado dizer uma democracia dos miseráveis"(Rodrigues, 1990, p. 2). A despeito disso, a mobilização associativa, política e eleitoral mostraram-se, como assinala Farias, como elementos importantes para contrastar o nível de pobreza, numa década de crise.

Se considerarmos a pobreza e a miséria como a outra cara da concentração da renda, dos capitais, da riqueza e do poder, então pode-se pensar que elas se converteram em um obstáculo à retomada do crescimento. O que cabe enfrentar, dentre outros aspectos, é o caráter bloqueador que a pobreza e a miséria representam.

Neste sentido, a crise nacional põe como desafio o enfrentamento da pobreza das maiorias sem que isso implique em destruir os suportes e os incentivos à acumulação

de capitais e de riquezas no nível interno. Acontece que estes processos estão, hoje mais do que nunca, diretamente associados à dinâmica dos mercados internacionais. Participar deles exige a abertura e o ajuste da economia nacional através da competitividade e da integração regional, dentre outros movimentos. Cabe chamar a atenção que não se trata apenas de uma recolocação de velhas dicotomias, como "acumulação x pobreza" e de "mercado x dirigismo", porque não contém a realidade e as possibilidades atuais. Na verdade, estas dicotomias são abstrações da história e, principalmente, da lógica do capitalismo do pós-2ª guerra. Estas dicotomias sempre foram acompanhadas dos "direitos".

De uma maneira simplificada, pode-se dizer que historicamente, o capitalismo se constituiu como tal com os "direitos econômicos", à época da acumulação primitiva; mais tarde, se acrescentaram os "direitos políticos": formam-se os partidos e constituíram-se as democracias modernas; com os conflitos sociais, sindicais e políticos, emergiram os "direitos sociais", que estabeleceram a obrigação coletiva de todos os habitantes de um país poderem alcançar e desfrutar de um certo padrão de vida. Instaura-se a cidadania.

A vida prática nos países desenvolvidos dos últimos 40 anos mostra que esses direitos são inseparáveis da acumulação de capitais e de riquezas. A coesão capitalista destas sociedades se encontra, atualmente, em uma situação de grandes desafios: que, segundo a opinião majoritária, requer reformas. O objetivo delas, através da competitividade e da integração, é a manutenção, expansão e diversificação do padrão de vida, compreendido como cidadania.

A crise brasileira é de caráter distinto. Trata-se de constituir a cidadania como uma situação possível de ser alcançada pelas grandes maiorias, sendo que é aceito como necessária a forma democrática, como meio para superar os conflitos sociais inerentes a esse processo. A pobreza é a negação desta esperança e desta possibilidade.

Sintetizando: a crise brasileira vista como pobreza, é a privação de instrumentos de poder da grande maioria. A crise como pri-

¹ Apud. Farias, 1992.

vação de poder, é a crise de representação. E a crise como representação é a crise de nossa democracia.

Talvez de uma maneira *mui* severa, mas elucidativa, a reflexão de Miyamoto (1991, p. 15) sobre a inserção do Brasil no sistema internacional põe o dedo na ferida: "A resolução do problema da dívida e da inflação e a retomada de crescimento em países como o Chile, México (...) são prova incontestável de que, em larga medida, a culpa é dos próprios setores internos que se recusam a encontrar soluções propícias ao País, abrindo mão de parcelas de poder e de privilégios que sempre ostentaram a nível nacional".

Olhar criticamente para dentro do Brasil não significa que se desconsidere os processos internacionais que caracterizam a economia contemporânea, processos como os de integração e competitividade. O que convém é não confundir os como condições necessárias, que são, para superar o subdesenvolvimento, com condições suficientes, que não são. Porque se pode alcançar a inserção internacional, através da competitividade e da integração regional, de um modo conservador: como uma estratégia de fuga-para-adiante da profunda crise nacional. Se pode desbloquear o crescimento nacional, com promessas futuras de distribuir o bolo, ou seja, com a hipoteca dos *de abajo*. Mesmo que se aceite a palavra de ordem no *free lunch* como correta, resta uma pergunta: e quando será o *lunch*?

Os estudos recentes sobre os Tigres Asiáticos deveriam nos levar a uma reflexão mais séria do que aquela que alardeia a capacidade de poupança e o trabalho duro do povo destes países como características que nos faltam.

Tanto em Coréia do Sul como em Taiwan, a preocupação com o social prevaleceu na fase inicial do processo de superação do subdesenvolvimento. Reforma agrária, investimentos no "fator" humano, elevada seletividade dos incentivos fiscais de acordo com uma clara estratégia setorial do governo, denotam a intenção em obter uma homogeneização social mínima. Em seguida, intentaram alcançar uma autonomia tecnológica de acordo com uma estratégia de alterar o padrão das vantagens comparativas para a inserção nos setores mais dinâmicos do comércio internacional

(Furtado, 1992). Estas coisas todas exigiram cerca de 30 anos.

Cabe chamar a atenção sobre a reforma agrária e os investimentos no social, pois ocorreram antes da implantação da política que buscou incrementar a produtividade agrícola, e que os substanciais investimentos em educação precederam a política de industrialização.

O Brasil encontra-se exatamente na situação oposta: dispomos de um parque produtivo, industrial e agroindustrial, respeitável e, como vimos, em boa medida competitivo; ademais "o Brasil já possui a base industrial necessária para a modernização tecnológica. Já está instalada no Brasil uma rede de universidades, de institutos de pesquisa e de agências financiadoras e de fomento e, mais recentemente, uma nova família de centros tecnológicos de empresas públicas e privadas. É uma infra-estrutura respeitável, para um país em desenvolvimento". (Marcovitch, 1990, p. 101). Por outro lado, temos como um obstáculo estrutural legiões de pobres, privados de poder. Não investimos maciçamente em educação e saúde, tampouco efetuamos uma reforma agrária — atitudes tidas como prévias à industrialização.

Enfrentar os desafios que conformam a crise nacional parece, assim, constituir-se essencialmente em uma iniciativa brasileira. "Dos países industrializados dificilmente pode-se esperar soluções. O impasse da dívida externa, os crescentes subsídios à agricultura nos países desenvolvidos e as barreiras para o acesso a tecnologias e mercados obrigam-nos a encontrar novas soluções, com nossos recursos humanos" (Marcovitch, 1990, p. 101). Ampliar e diversificar a nossa inserção nos mercados internacionais, através da integração regional, acordos multilaterais e da competitividade, requer o fortalecimento de nossos recursos humanos; em termos democráticos, requer o desbloqueio do crescimento para se alcançar uma homogeneização social crescente.

HERANÇAS AGRÁRIAS: RENÚNCIA E ACEITAÇÃO

A que herança renunciamos? A que herança aceitamos? Como o que herdamos se relaciona com as idéias de desbloquear o crescimento econômico e de superar o

subdesenvolvimento ? Como podemos prescutar o futuro brasileiro visto através das forças agrárias herdadas?

O que herdamos dos 40 anos de crescimento foi a intensa associação entre as atividades dependentes dos recursos naturais com as atividades industriais, comerciais e de serviços. Se essa associação verificava-se anteriormente por meio do comércio e das comunicações, agora verifica-se pela industrialização da agricultura.

Herdamos também uma imensa maioria de produtores que foram postos à margem do processo de *industrialização da agricultura*. As legiões de produtores existentes no meio agrário foram sendo expulsas das áreas rurais do país, e a maioria que aí permaneceu não encontrou vez neste processo, o que não excluiu sua participação como mão-de-obra eventual.

Em termos bem simples, eis aí as heranças. Não se trata de renunciar a nenhuma delas. A primeira é vital para o crescimento econômico. A segunda é vital para robustecer nosso tecido social sob a forma democrática, e impulsar a homogeneização social que desejamos alcançar, propiciando elementos para expandir o crescimento econômico. O que certamente deveremos renunciar é a herança de tomar a industrialização da agricultura como objetivo de todos os favorecimentos e atenções, de um lado e, de outro, deveremos renunciar aos instrumentos arcaicos de incorporar a legião de pobres à vida econômica e sócio-política.

Ambos processos herdados são resultados da *modernização* da economia e sociedade no Brasil.²

No que respeita ao mundo rural, pode-se entender por *modernização agrária* a mudança do modo tradicional predominante de produzir para o modo *industrial* de produzir e comercializar, e as mudanças na sociabilidade até então vigente.

Do ângulo tecno-econômico, a modernização consistiu na alteração da parte fixa do capital constante, ou dos *meios fixos de produção* (tratores, arados de tração mecânica etc.), e da parte circulante do capital constante, ou dos *meios de custeio da produção* (adubos químicos, defensivos etc.). Estas mudanças acarretaram impactos na

parte variável da composição do capital, ou das *formas de trabalho* (extinção do colono, e crescimento dos bóias-frias e empregados permanentes etc).

As alterações na forma técnica e de valor dos capitais em função nas terras, implicou também em mudanças nas relações entre os grupos sociais e indivíduos, e na representação dos diversos interesses coletivos e individuais.

Na medida em que se intensificam e se diversificam as relações entre a indústria fornecedora de insumos e serviços e as atividades agrárias, ou seja, a *industrialização da agricultura*, e as relações entre as atividades agrárias e as agroindústrias, ou seja, a *agroindustrialização da agricultura*, ocorre a *modernização agrária*.

Designa-se por *complexo agroindustrial* (CAI) a articulação destes dois processos. O CAI é formado por diversos segmentos e cadeias interdependentes, que tem relações com os recursos naturais.

Vista no CAI, a agricultura tem seus papéis e funções redefinidos, face à sua situação anterior principalmente pela perda significativa do tipo de controle que os agentes agrários dispunham. Outros segmentos, uns até mesmo inexistentes há anos atrás, como marketing, hipermercados e fragmentação qualitativa da demanda internacional e interna, atuam como linhas de força incidentes sobre as atividades agrárias, exigindo destas condutas assemelhadas a qualquer indústria. Contudo, não cabe confundir redefinição de papéis e funções com a completa perda de papéis e funções específicas. A redefinição está relacionada com a constituição do CAI.

O fato da agricultura fazer parte do CAI, juntamente com a indústria para a agricultura e a agroindústria, não implica necessariamente a redução dela a indústria, em sentido estrito. A integração não destrói caracteres próprios da agricultura, que a distinguem de outros setores que, com ela, compõem o CAI. De alguma maneira, cabe reter as particularidades das atividades agrárias: particularidades edafo-climáticas (climas, solos), econômicas (tempo de trabalho, tempo de produção, renda da terra), sociais (grupos locais e regionais, capitais e riquezas propriamente agrárias) e grupos

² A respeito do que se segue consultar Müller, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. ..São Paulo, Hucitec, 1989.

de pressão (*lobbies* e articulações políticas). Resta insistir que estas particularidades não possuem forças endógenas para que se possa pensar as atividades agrárias como um mundo à parte, seja em termos de políticas econômicas seja em termos de encaminhar seus problemas sociais e econômicos.

Talvez a maior colaboração que a categoria CAI possa oferecer é a de chamar a atenção para a análise integrada de todos os segmentos que fazem parte de determinado processo. A agricultura, como categoria usualmente aceita, pode ser vista aí como uma atividade de "demanda derivada, quando se observa que a agroindústria e os consumidores são clientes dos agricultores. Neste sentido, o efeito renda é determinado pela eficiência global do sistema: desde o consumidor final até *dentro da porteira*. E isto, a rigor, acaba por determinar a demanda do que está *antes da fazenda*, ou seja, os insumos, bens de produção e serviços para a agropecuária" (Araújo, Ney, et al, 1990, p. 108). Esta visão integrada, ou sistêmica como a que-rem muitos, vale sobretudo pela superação que oferece face à visão anterior, que privilegiava uma distinção assaz severa entre agricultura e indústria. Contudo, não se pode exigir da noção CAI capacidade analítica intrínseca, uma vez que não se dispõe de uma teoria de complexos industriais (Rascunho, Coleção).

Além disso, a noção de CAI mostra-se muito genérica face à dinâmica agrícola e agroindustrial, por ser incapaz de dar conta dos processos inovativos, sejam de caráter tecnológico, organizacional e institucional-legal, sejam de caráter decisório e de articulação de interesses corporativos. Os ramos, sub-setores, segmentos e cadeias produtivo-comerciais põem questões e problemas que a noção genérica de CAI não pode encaminhar. Sua natureza preponderantemente morfológica, com a inexistência de uma teoria inter ou trans-disciplinas científicas, facilita sua utilização descritiva, mapeadora de grandes processos. A particularização destes gera dificuldades analíticas e teóricas novas, que estão sendo apreciadas por inúmeros pesquisadores nacionais de diversas universidades (USP e UNESP em São Paulo; UFRJ e UFRRJ no Rio de Janeiro, apenas para citar algumas).

O que se pode dizer, agora, é que o país herdou uma agricultura moderna e dinâmica — insere no CAI — com características que a seguir se vai examinar; ademais, os últimos anos desta década, revelam *mui* claramente que esta agricultura já está apresentando os primeiros sinais de novas e profundas mudanças, resultado, não só de novas tecnologias mas também de uma nova segmentação dos mercados e de uma fragmentação social nova — o que dará às atividades agrárias novas configurações. De fato, a especialização flexível, que substitui o modelo convencional de produção massiva, e a emergência de diversas formas de grupos sociais, que rompem com a hegemonia das classes sociais, colocam novas possibilidades de articulação entre os interesses socioeconômicos e suas formas de representação.

Retornemos à herança agrária desses 40 anos de crescimento econômico nacional, para avaliarmos, em seguida, como poderão moldar nosso futuro.

OS RESULTADOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA

A modernização do meio rural no Brasil foi, sem dúvida, parcial. Encarada do ângulo dos produtos, dos produtores e seus estratos, das localidades e regiões — foi um processo parcial. Porém, dizer isto seria muito pouco, pois seria fazer tábula rasa do principal, ou seja, que a parcialidade impôs condições *gerais* de produção e comercialização, sem as quais tornou-se inviável qualquer produção no agronegócio. E não se trata de um caráter geral de raízes técnicas e econômicas apenas, mas também de interesses socioeconômicos de empresas, grupos econômicos e financeiros, industriais, agroflorestais e pecuários.

A reorientação da produção de café não somente demandou volumes crescentes de insumos industriais como expulsou milhares de famílias moradoras das fazendas, que tinham na produção de subsistência parcela ponderável de seu abastecimento. O avanço ciclópico da soja no Sul do país não só produziu ondas imensas de êxodo rural como mercantilizou os meios de vida dos produtores e das populações, com alterações radicais no tecido so-

cial desta região (Banck e Boer, 1991). A cana-de-açúcar no Sul-Sudeste, assim como o trigo e a laranja e parte do milho, além do algodão e até mesmo o nosso feijão-com-arroz e, podemos acrescentar, a produção de carnes: ovina, suína, bovina e de aves, além da produção de leite tudo isso mudou, e muito.

A modernização do campo foi *parcial* no que respeita ao ciclo produtivo: foi muito intensa em todas as fases e quase nula na fase de colheita, gerando uma nova sazonalidade no emprego da mão-de-obra (Da Silva, 1981). A composição da população empregada nas atividades agrárias se alterou por completo, assim como a combinação entre mão-de-obra permanente e temporária. Esta última passou a combinar atividades agrárias com atividades urbanas, graças à unificação dos mercados de trabalho urbano e rural (Brant, 1987).

A tendência à generalização do modo *moderno* de produzir, que impôs uma igualação das condições de produção, caracterizou a agricultura como uma atividade de crescimento-sem-emprego. Ou seja, os ganhos de produção e produtividade avançaram, destruindo postos de trabalho. Olhando para o futuro, e considerando a necessidade de novas e contínuas inovações (tecnológicas, organizacionais e institucionais), pode-se admitir que estas atividades agrárias modernas não podem ser pensadas como demandadoras de mais agentes para elevar sua oferta, ainda que se suponha uma bateria de políticas protecionistas.

Como uma pequena observação sobre inovações, convém lembrar que "desde o ponto de vista do desenvolvimento econômico complexo, deve-se considerar não apenas as inovações tecnológicas, mas também as institucionais e legais, e as organizativas, dentre as quais estão incluídas as inovações nos métodos de gestão; raramente, os três tipos de inovações ocorrem ao mesmo tempo" (Labini, 1989, p. 33). Esta observação vem ao caso do desperdício existente na economia agrária brasileira em virtude da feita ou mau uso de embalagens e da falta de organização gerencial correspondente. "Segundo o Centro de Tecnologia de Embalagem de Alimentos do Estado de São Paulo, o Brasil perde, anualmente, por falta de embalagens adequadas, cerca de 25% de suas colheitas de raízes e tubérculos, 44% das frutas e 35% dos vegetais. Nos cereais, os números também são alarmantes e alcan-

çam 40% do milho, 30% do arroz e 4% no feijão" (Araújo, Ney, et al, 1990, p. 98). O que vem reforçar a idéia de que algumas inovações organizativas e técnicas podem elevar significativamente a oferta agrária sem a necessidade de incorporar novos estabelecimentos e braços.

A tendência à generalização do modo *moderno* de produzir, no contexto seletivo e concentrado de acesso a crédito e às inovações, acentuou a pobreza e a miséria herdadas de fases anteriores, alterando-lhe seu caráter: não se trata mais desta miséria e desta pobreza, pois elas são, agora, fruto da modernização geral do país, no meio rural e no meio urbano-modernização tecno-econômica e social-o que nos permite falar em *pobreza moderna*.

A pobreza moderna rural como resultado da modernização agrária não encontra dispositivos na dinâmica agrária herdada para superar sua situação ultrajante. Esta agricultura não cria milhares de empregos, não necessita ocupar mais terras férteis para elevar a oferta e muito menos conta com mecanismos capazes de propiciarem uma distribuição de renda ou de ativos. A despeito do profundo apelo que o reformismo agrário tradicional mantém em nossa psicologia social, até mesmo nos meios urbanos, frente ao desafio que a pobreza rural representa, cabe interpretá-lo como uma aspiração difusa de se repensar nossa história econômica recente, e de encarar o fato de que não basta desbloquear o crescimento como condição para nosso desenvolvimento. Para pensar o futuro dessa gente, devemos nos abstrair dos princípios que nos propiciaram um enorme parque agrário e agroindustrial, e nos reatualizar a partir do que dispomos, a fim de evitarmos uma nova aventura sócio-política que nada mais facultará que cumprir sonhos telúricos fundados numa visão pastoral da vida social.

A pobreza moderna é constitutiva da modernização brasileira. E da crise nacional que vivemos. Sua superação não repousa nos liames que mantêm com as atividades agrárias modernas, mas com a dinâmica sócio-política do país. Será um projeto político nacional, democrático, que poderá dar as coordenadas básicas para a criação de empregos e distribuição de ativos da população pobre e moderna que reside nas pequenas cidades e vilas e no meio rural.

PRODUÇÃO, PRODUTORES E REGIÕES

Pode-se precisar um pouco mais a importância e o impacto da agricultura dinâmica no meio agrário através da adoção de um pequeno estratagema técnico, que permite manipular as estatísticas dos *Censos Agropecuários* de 1970 e 1980.

Alterou-se, o quanto foi possível, o vetor de entrada das estatísticas, o estrato de área, de caráter claramente fundiário, por outro, de caráter monetário-financeiro: o *saldo operacional*. Na verdade, obteve-se um hibridismo dos dois critérios, a área dos estabelecimentos e o saldo operacional (receitas menos despesas). Convém esclarecer que ao se falar em um segmento x-y de área, não se supõe que a maior parte dos estabelecimentos pertencentes a esse estrato de área média situa-se no mesmo intervalo de saldo operacional médio. Ou seja, a média da área dos estabelecimentos não corresponde à média de saldo operacional. Como tentativa de limpar esse hibridismo, lançou-se mão de outros critérios, tais como, estabelecimentos que tomaram crédito, que utilizaram adubação química, etc., supondo que tais estabelecimentos, designados por modernos, apresentassem o saldo operacional encontrado, ao passo que os demais estariam abaixo deste saldo operacional.

Exemplificando: 68% dos estabelecimentos do Nordeste, em 1980, situavam-se na faixa de até um salário mínimo/mês (saldo operacional); porém, tão somente 7,1% deles utilizaram crédito e 4,4% adubação química. Como se pode interpretar essas informações? A maioria esmagado-

ra dos estabelecimentos teve um saldo operacional próximo a zero e, entre 4% e 7%, por volta de um.

O artifício criado, ainda que vinculado ao tamanho da área dos estabelecimentos, permite uma leitura monetário-financeira das estatísticas, e, supõe-se, uma indicação um pouco mais clara do segmento agrário moderno. (Müller et al, 1985).

A Tabela 1 mostra a participação das grandes regiões brasileiras no valor da produção (VP) e na despesa (D), em 1970 e 1980. A Tabela 2 mostra os valores absolutos de VP, D e SO (Saldo Operacional), valores reais em salários mínimos mensais de 1980.

Na Tabela 1 chama a atenção a elevada participação das regiões Sul e Sudeste, aqui reunidas por conformarem um contínuo geoeconômico.

A seguir, chama a atenção o avanço da participação do Centro-Oeste e a diminuição da região Nordeste e da região Norte. Não se trata de ler estas estatísticas construídas como se elas representassem, em alta fidelidade, a realidade agrária nacional. Contudo, funcionam como indiciárias de algumas coisas.

Se admitirmos, com numerosos outros autores, que a região Centro-Oeste é uma expansão da região Sudeste, então nestas três regiões ocorreu, na década de 70, um aumento de participação da agricultura preponderantemente moderna e uma diminuição de participação da agricultura predominantemente atrasada das regiões Nordeste e Norte.

Os valores absolutos constantes na Tabela 2 mostram que o valor médio da produção, das despesas e do saldo operacional se elevou em todas as regiões — mas se elevou sobremaneira naquelas

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO VALOR DA PRODUÇÃO E NA
DESPEZA AGRÁRIA, 1970 e 1980.

REGIÕES	VALOR DA PRODUÇÃO		DESPESA	
	1970	1980	1970	1980
SUL-SUDESTE	71,1	68,2	72,5	68,5
CENTRO-OESTE	7,5	10,7	8,0	11,8
NORDESTE	18,3	17,3	17,5	16,6
NORTE	3,1	3,8	2,6	3,1
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: Müller et al, 1985.

regiões com preponderância da agricultura moderna. As grandezas diferenciais denotam as distintas magnitudes da modernização agrária tecno-econômica.

De um modo geral, pode-se afirmar que despesas maiores resultam em receitas maiores, e a combinação das duas, em saldos operacionais maiores. A variável estratégica é a que indica o montante de despesas, que inclui os gastos de custeio. A relação desta variável com a de receitas se dá por uma combinação entre mercado e, sobretudo, pelos instrumentos de política econômica. O suposto das variações, a partir das despesas, é que, cada vez mais, na agricultura em modernização, somente se pode obter receita mediante despesa. Desta forma, as receitas nas regiões Sul e Sudeste e Centro-Oeste são mais elevadas do que nas regiões Nordeste e Norte porque as despesas são mais elevadas.

Neste sentido, pode-se considerar a tese geral de que na transformação da sociedade agrícola "os mecanismos de crédito substituem os mecanismos de preços como veículo da história capitalista" (Nell,

1980, p. 121). O crédito para a agricultura, desde a segunda metade dos anos 60, provém de fundos públicos e foi garantido pelo Estado. Este crédito, que nada mais é do que a despesa agrária, viabilizou as compras dos agentes agrários dos segmentos da indústria para a agricultura, e propiciou a industrialização da agricultura.

Olhando para o futuro, certamente este padrão de financiamento da agricultura deverá sofrer revisões, uma vez que, presentemente, o país já dispõe de uma agricultura e de uma agroindústria consolidada, dinâmica e em muitos setores competitiva nacional e internacionalmente. Por conseguinte, os mecanismos creditícios não poderão ser mais semelhantes aos que deram origem a esta situação.

A Tabela 3 mostra a participação de estratos de saldo operacional no valor da produção agrária segundo regiões do país, em valores reais de salários mínimos de 1980, em 1970 e 1980.

O primeiro estrato de saldo operacional - com até um salário mínimo mensal em cruzeiros de 1980 - refere-se, grosso modo,

TABELA 2
VALOR DA PRODUÇÃO, DA DESPESA E DO SALDO OPERACIONAL,
SEGUNDO REGIÕES, 1970 e 1980

REGIÕES	1970			1980		
	Valor da Produção	Despesa	Saldo Operacional	Valor da Produção	Despesa	Saldo Operacional
SUL-SUDESTE	4,2	1,9	2,3	10,8	5,7	5,1
CENTRO-OESTE	3,9	1,9	2,0	12,9	7,6	5,3
NORDESTE	1,2	0,5	0,7	2,4	1,2	1,2
NORTE	1,7	0,6	1,1	3,3	1,4	1,9

FONTE: Müller et al, 1985.

NOTA - Valores reais em salários mínimos mensais de 1980

TABELA 3
PARTICIPAÇÃO DE ESTRATOS DE SALDO OPERACIONAL NO VALOR DA
PRODUÇÃO
AGRÁRIA REGIONAL, 1970 E 1980

SALDO OPERACIONAL	SUL - SUDESTE		SALDO OPERACIONAL	CENTRO OESTE		NORDESTE		NORTE	
	1970	1980		1970	1980	1970	1980	1970	1980
Até 1	0,4	0,4	Até 1	0,5	0,5	32,4	26,5	5,5	3,5
1 - 4	30,3	24,2	1 - 3	39,1	20,0	36,6	37,5	83,8	83,5
4 - 10	30,1	31,5	3 - 10	29,1	25,5	13,6	15,8	6,9	7,4
10 e +	38,9	43,7	10 e +	31,1	54,0	17,2	2,0	2,1	5,6
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	100,00	100,00	100,0	100,0

FONTE: Müller et al 1985.

aos estabelecimentos que não dispõem de dinheiro sequer para obter uma dieta calórica adequada (Müller, 1990)³. O contingente humano que aí vive, de tipo estritamente familiar, pode ser designado de miserável. Nas regiões Sul e Sudeste e Centro-Oeste praticamente nada representam no valor da produção agrária. Já se mostram relativamente mais numerosos na região Norte, muito expressivos, na região Nordeste. Cabe observar que em 1980, face a 1970, este estrato de saldo operacional diminuiu no Nordeste e também no Norte. Certamente, as grandes frentes de trabalho promovidas pelo governo no Nordeste, em razão da terrível seca que assolava a região, podem ser as responsáveis pela mudança.

Por outro lado, se se olha o percentual de estabelecimentos (informação que não consta na tabela, mas disponível na fonte indicada), constata-se que houve um aumento de 1,8% para 2,4% na região Sul-Sudeste e de 2,2% para 4,5% no Centro-Oeste; concomitantemente, na região Norte houve uma diminuição de 12% para 10%, ao passo que na região Nordeste houve uma manutenção em torno de 68%, sendo que este percentual representava, em 1980, 1.665 mil estabelecimentos num total regional de 2.351 mil. Vale dizer que o contingente de miseráveis parece ter aumentado durante os anos 70 em todas as regiões, mas sobretudo no Nordeste. Modernização e miserabilização andaram juntas.

O segundo estrato de saldo operacional, 1 a 4 na região Sul-Sudeste e 1 a 3 nas demais regiões do país, diz respeito àquela gente que está numa situação econômica intermediária entre miserável e remediada — pode-se chamá-la de pobre. São pobres, cujos estabelecimentos lhes provêm alimentação e alguma renda para os gastos correntes da família, e que podem dispor de algum dinheiro para adquirir um que outro insumo industrial e, eventualmente, "contratar" mão-de-obra. Vivem, rigorosamente, na sobrevivência. Enquanto nas regiões Norte e Nordeste sua participação no valor da produção manteve-se, nas outras duas regiões apresentou uma queda significativa.

Se somarmos os estabelecimentos compreendidos nos dois primeiros estratos de saldo operacional, resulta que 96% dos nortistas e 98% dos nordestinos estão aí; para o mesmo ano de 1980, somam 62% dos estabelecimentos da região Sul e Sudeste e 65% da região Centro-Oeste. Em termos absolutos: 1,3 milhão de estabelecimentos na região Sul-Sudeste; 173 mil na região Centro-Oeste; 2,4 milhões na região Nordeste e 400 mil na região Norte, ou seja, quase 4,2 milhões de estabelecimentos do país — mais de 80% do total — são administrados por gente pobre e miserável.

Isso não quer dizer que obrigatoriamente não tenham se modernizado, no sentido que não tenham sido incorporados de alguma maneira ao processo tecno-monetário-financeiro da produção moderna. Esquemas de produção, tais como, contratos com agroindústrias ou com cooperativas, podem tê-los inseridos aí. Contudo, certamente a esmagadora maioria não participou desse processo, exceto como mão-de-obra temporária, barata e descartável.

Pode-se estimar que sua participação no valor agregado de 1980 ronda os 20%. Complementarmente, cerca de 80% deste valor provêm de algo como 20% dos estabelecimentos. Os estratos superiores, aqueles com mais de quatro salários mínimos de saldo operacional mensal, nos quais presume-se haver ocorrido condições de acumulação de ativos, mostram-se mais numerosos nas regiões Sul-Sudeste, (38%) e Centro Oeste (cerca de 26%), do que nas regiões Nordeste (4%) e Norte (2%).

Poder-se-ia indagar: o que determinou esta conformação do processo de modernização no país? Ou: o que determinou estas fronteiras agrárias? A disponibilidade de braços e terras?

As fronteiras agrárias existem entre as regiões e internamente às regiões. Os estratos de saldo operacional indicam isso. Elas expressam geoeconomicamente o dinamismo do segmento agrário moderno que, hoje, impera no país. O uso de braços e de terras dependeu da capacidade creditícia dos estabelecimentos, portanto, do fundo creditício público, cujo manejo foi uma função dos interesses predominantes

³ Müller, 1990, (ver bibliografia).

agrários, industriais, comerciais e financeiros; ou, em outras palavras, dos interesses socioeconômicos predominantes no CAI brasileiro.

Na medida em que se avança nos anos 70, passando para os anos 80, observa-se uma crescente seletividade creditícia, que acentuou as disparidades entre as diversas linhas produtivas agrárias. O que está na raiz da dissolução da agricultura como uma entidade genérica, e do CAI como unidade que permite situar a agricultura para analisá-la de modo mais circunscrito. Emergem daí sugestões para se estudar as atividades agrárias, seja como cadeias produtivas seja como complexos agroindustriais específicos (Veja-se as contribuições de pesquisadores da UNICAMP, do IEL/IFRJ e da UNESP). Sugestões morfológicas que se apresentam como mais realistas e mais pertinentes para o exame do futuro das atividades agrárias, no que diz respeito ao seu segmento moderno dinâmico - o que não dispensa a busca de instrumentos de análise e explicação nas distintas áreas das ciências sociais e biotecnológicas. No entanto, como expressão do gênero maior das espécies oriundas dos recursos naturais e seu percurso na matriz da economia nacional, continuar-se-á utilizando a noção de CAI.

TENDÊNCIAS

A tendência mais marcante nas atividades agrárias dinâmicas é a concentração: concentração dos ativos, concentração da produção, concentração da produtividade e da qualidade dos produtos, concentração do número de produtores e de produtores-gerentes profissionais, concentração do poder econômico, concentração do comando em redes de produção e distribuição.

No âmbito tecno-econômico, gerencial e de poder de mercado, o movimento de concentração contínua será a tendência predominante. Seu reforço virá das tendências concentracionistas do conjunto de indústrias para a agricultura, das agroindústrias, dos setores de distribuição de alimentos e de mercadorias em geral. As formas que tais movimentos irão assumir — num contexto de produção flexível, segmentação

dos mercados de alimentos e sofisticação dos serviços correspondentes, de lançamento contínuo de novos produtos, de impacto das imagens alimentícias constantemente renovadas pela moda, etc. — poderão ser as mais diversas possíveis.

Estas atividades agrárias não têm capacidade de responder à miséria e à pobreza rural que ajudaram a ampliar no processo de constituição do CAI brasileiro. Elas não criam milhares de empregos e nem possibilitam a distribuição de ativos. A concentração irá acentuar ainda mais esse quadro de negação da cidadania de milhões de pessoas que vivem associadas às atividades agrárias.

A concentração dos processos acima indicados não requer, obrigatoriamente, que se pense em contrastá-la por processos de desconcentração da terra, dos capitais, das riquezas, dos poderes de mercado, do número de produtores profissionais, como condição de democratização da vida econômica e social da gente pobre e miserável do chamado meio rural. Pensar assim seria uma forma anacrônica de encarar a superação possível dos problemas dessa gente.

O subdesenvolvimento do Brasil não radica em sua agricultura, em sua agroindústria e em sua indústria, mesmo que nestes como em outros setores de nossa vida tecno-econômica, teremos que superar defasagens tecnológicas, organizacionais e institucionais. Nosso subdesenvolvimento se funda na inexistência de mecanismos de transferência e aplicação de fundos inter-setoriais, de médio e longo prazos, capazes de considerar os *serviços sociais* como condição indispensável para assegurar o crescimento econômico e a coesão social necessária, e, assim, nos encaminhar a uma homogeneização social mínima.

Não se trata de criar na agricultura uma política assistencialista para o chamado segmento de subsistência, encarando a gente pobre e miserável como trapos a ser remendados continuamente — o que fatalmente servirá de repasto para os demagogos. Assim como não basta fazer uma plástica nos olhos para nos considerar integrantes dos Tigres Asiáticos, assim também não basta dar condições para que os pobres e miseráveis rurais apenas não incomodem o processo de acumulação de

capitais, pensando ser esta a única maneira possível de convertê-los em cidadãos.

Na sociedade de serviços das décadas futuras — como se apresentam para um certo conjunto de países — os *serviços sociais*, ou seja, aqueles serviços associados à mão-de-obra e ao padrão de vida da população, parecem se constituir num dos centros nevrálgicos da dinâmica da organização social. Serviços escolares, serviços nutricionais e de saúde, serviços de capacitação e reciclagem contínuos, serviços de assistência moral a crianças, jovens, adultos e idosos, e muitos outros, irão requerer gente apta e especializada. E tudo isso somente poderá ser posto em prática com a construção de enormes, complexas e descentralizadas infra-estruturas físicas, organizacionais e institucionais, que requerem milhares, senão milhões de pessoas para trabalhar.

Os serviços sociais não poderão ser vistos como o desperdício do excedente econômico-financeiro gerado na esfera dita produtiva, em termos clássicos, da economia. Há que entendê-los como um resultado de várias revoluções industriais, agora requeridos para que novas revoluções econômicas possam acontecer. O trabalho socialmente necessário para que essa dinâmica não pareça requerer a inclusão do trabalho socialmente potencial, através da inserção internacional via competição e integração regional, e através da democracia como dispositivo civil para uma melhor distribuição dos mecanismos de participação pública.

Para tanto há que se incentivar os avanços naquelas esferas da economia que mais rapidamente possam incrementar o excedente econômico-financeiro. Aqui as atividades agrárias dinâmicas podem cumprir um papel fundamental. O segmento agrícola exportador, com seu louvável desempenho e eficiência, deve contar com todas as condições para expandir, mantendo elevado o retorno dos investimentos. "Os resultados empíricos indicam que o processo de mudança tecnológica é mais intenso no subsetor agrícola exportador do que nos demais setores da economia em virtude da maior acumulação de capital nesse sub-setor" (Garcia, S. e Teixeira, E. 1991). Para que continue e aprimore seu desempenho, é indispensável que os investimentos na melhoria do fator humano,

na infra-estrutura e na pesquisa associados a este subsetor se mantenham e se incrementem — o que certamente criará postos de trabalho. Ademais, como os produtos destinados à exportação tendem a se confundir com os produtos de consumo doméstico, a produção agrária dinâmica tenderá a homogeneizar as condições de produção em geral da agricultura nacional.

Como já foi tratado em inúmeros trabalhos sobre o tema, sabe-se que um dos traços básicos do padrão agrário dinâmico, de meados de 60 a meados de 80, caracterizou-se pela mecanização e pela quimificação. Processos cujos resultados são amplamente conhecidos sobre a estrutura do mercado de trabalho nas atividades agrárias. Face ao pacote tecnológico norte-americano que combinava elementos mecânicos, químicos e sementes melhoradas, juntamente com uma abundante rede de serviços técnicos, sua aplicação no Brasil deixou bastante de lado os dois últimos aspectos. Os restantes anos da década passada procuraram suprir essa falta, tendo em vista formar uma rede agrária completa. O "Pacote Agrícola" de fevereiro de 1986 mostrou isso: ele visava incentivar o fornecimento de melhores sementes e de serviços técnicos, assim como incentivar o produtor rural a instalar silos e depósitos em sua propriedade, motores a explosão e bombas de irrigação movidas a energia elétrica etc. Essa tendência está em pleno andamento.

A rigor, ela é um prolongamento da segunda revolução industrial (mecânica, química pesada, eletricidade, petróleo, motor a explosão etc.) e que nas duas últimas décadas está posta em xeque nos países desenvolvidos. Seus custos crescentes, oriundos dos setores de bens de capital químico-mecânico superados pela revolução tecnológica em curso, estão exigindo uma nova revolução tecno-econômica-agrária, em cujo centro parece que irá brilhar a moderna biotecnologia.

A tendência predominante mostra-se, por conseguinte, como um movimento duplo: de um lado, o país irá "completar" sua modernização agrária iniciada há 40 anos, e, de outro, o país irá "iniciar" a construção da nova matriz tecno-econômica cujo resultado mais provável será o de alavancar a oferta agrária.

Se pensarmos esta possibilidade e a situarmos no contexto de competição oligopólica imposta pelas cadeias e segmentos do CAI brasileiro e internacional, obteremos uma *cópia* do que ocorre nos países desenvolvidos. A preocupação aí é com a retirada de terras da produção, baixar os estoques de alimentos e matérias-primas de origem agrária, garantir a competitividade e a eficácia de suas agriculturas e garantir a renda dos agricultores; sendo que cada vez mais, como parte da ideologia ambientalista, busca-se conservar o meio ambiente. E, tomando em consideração a agricultura da Comunidade Econômica Européia, tudo isso em nada afeta lançar mão de instrumentos de proteção tanto para a agricultura como para os agricultores: "A filosofia da Reforma aprovada combina adequadamente um maior jogo do mercado e da competição intra e extracomunitária, com uma garantia mínima de renda assegurada aos agricultores e pecuaristas, sem depender totalmente das flutuações do mercado. A Reforma muda também a orientação produtivista da política anterior, implicando mais o agricultor com o meio ambiente (...)" (Notícias Agrárias, 1992). O que não significa um compromisso em manter todos os agricultores no meio rural.

Em termos amplos e resumidos, pode-se vislumbrar as seguintes tendências básicas: (a) consolidação dos grupos sociais com saldos operacionais médios e altos, com integração parcial de grupos remediados. Estes grupos prosseguirão em sua luta pela manutenção e expansão de seus capitais e riquezas; (b) ampliação de empresas, produtos e serviços dos setores da indústria para a agricultura, como os serviços de informática, bancos de germoplas-

ma, serviços de entrega de sementes e mudas etc., ocorrendo o deslocamento da prestação de serviços imediatos por parte do serviço público para pequenas empresas privadas; (c) avanço da agroindustrialização, notadamente com a introdução maciça de produtos químicos para a conservação dos alimentos e produtos de embalagem, e avanço das formas de organização e de contratos com os produtores agrários, como cooperativas e quase-firmas de grupos econômicos; (d) ampliação da infra-estrutura de transportes, eletricidade, telefonia, fax, armazenamento, conservação dos solos e serviços meteorológicos; (e) zoneamento agrícola em espaços municipais integrados, como micro-bacias e regiões político-administrativas, dissolvendo o rural tradicional, e (f) diminuição absoluta e relativa do pessoal ocupado nas atividades agrárias com a estabilização do emprego em termos de dias/homem.

Por fim, pode-se afirmar que os movimentos sociais que criticam os efeitos deteriorantes da modernização agrária — como os ecologistas, os que denunciam a nocividade dos agrotóxicos, dos tratores pesados, dos tipos de ração e remédios — eles terão um papel relevante. Trata-se de movimentos não-conflitantes ao extremo com a nova modernização em curso; ao contrário, são movimentos convergentes com essa nova modernização, mais ambientalista e mais assética, que impulsionará a mudança em curso nos setores produtores destes bens. Mais assética e mais ambientalista, por certo, mas não menos concentradora, nos termos que nos referimos acima.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Ney B. et al. *Complexo Agroindustrial. O "Agrobusiness" Brasileiro*. São Paulo Sementes Agroceres S/A, 1990.
- ARAÚJO JR., José T. et al. *Proteção, competitividade e desempenho exportador da economia brasileira nos anos 80: Pensamiento Iberoamericano*. Revista de Economia Política. Sociedad Estatal Quinto Centenario, 1990.
- BANCK, Geert A., BOER, Kees den (Eds.). *Sowing the Whirlwind. Soya expansion and social change in southern Brazil*. CEDLA, Amsterdam, The Netherlands, 1991.
- BARBERA, Mattia. *La inserción comercial de América Latina*: Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, nº41, ago. 1990.

- BRANT, Vinicius C. *Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis*: Estudos Cebrap, 19, 1977.
- BATISTA JR., Paulo N. *Estado e industrialização no Brasil: O desenvolvimento ameaçado: perspectivas e soluções*. São Paulo, UNESP, Fundunesp, 1989.
- DA SILVA, José G. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1981.
- FARIAS, Vilmar. *A conjuntura social brasileira. Dilemas e perspectivas*. Novos Estudos Cebrap. nº 33, São Paulo, jul. 1992.
- FURTADO, Celso. *Brasil. A construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- GARCIA, Sérgio A. e TEIXEIRA, Eryl C. *Investimento e mudança tecnológica na economia brasileira*. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, FGV, V. 45, n. 4, out/dez, 1991.
- IICA. *Brasil: agenda estratégica para o setor agropecuário*. San José, Costa Rica, Gráfica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1992.
- IPEA. *O que mostram os indicadores sobre pobreza na década perdida*. Projeto Agenda, Relatório Preliminar. Brasília, 1991 (mimeo).
- LABINI, Sylos. *Nuove tecnologie e disoccupazione*. Roma-Bari, Sagittari Laterza, 1989.
- MARCOVITCH, Lacques. *Política industrial e tecnológica no Brasil: uma avaliação preliminar: Pensamiento Iberoamericano*. *Revista de Economia Política*. Sociedad Estatal Quinto Centenario, 1990.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *A inserção do Brasil no Sistema Internacional: São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 5, nº3, jul/set. 1992.
- MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo, Hucitec, 1989.
- _____. *Emprego, renda e capitalização: diagnóstico e tendências da dinâmica agrária paulista. Coleção Rascunho*. Araraquara, São Paulo, Departamento de Economia, Campus da UNESP, 1990.
- _____. *Competividade, integração e subdesenvolvimento*. coleção rascunho. Rio Claro, São Paulo, Departamento de Planejamento Regional, Campus da UNESP, 1993.
- _____. et al. *O complexo agroindustrial paulista*. São Paulo, Cebrap, 3 v., 1985 (mimeo).
- NELL, Edward. *Crédito, circulação e trocas na transformação da sociedade agrícola: Progresso técnico e teoria econômica*. São Paulo, Hucitec, UNICAMP, 1980.
- NOTÍCIAS AGRÁRIAS. *Um futuro para la agricultura española*. Madrid, IFAA, Notícias Agrárias, nº 46, 1992. (Número especial sobre la reforma del PAC).
- PEREIRA, LUIZ C. *Estado e industrialização no Brasil: O desenvolvimento ameaçado: perspectivas e soluções*. São Paulo, UNESP, Fundunesp, 1989.
- RASCUNHO, Coleção. *Publicação da Linha de Pesquisa sobre o Complexo Agroindustrial Brasileiro*. Rio Claro, São Paulo, Departamento de Planejamento Regional, UNESP, 1989-1993.
- RODRIGUES, Leoncio. *A democracia pobre: O Estado de São Paulo*, 30 out. 1990..
- SERRA, José. *Brasil: Anos 90. Veja*. São Paulo, Abril, ano 23, n. 30, 1º ago. 1990.
- STRANGE, Susan. *States and Markets*. London, England, Pinter Publishers Ltd. 1988

RESUMO

Nos últimos 40 anos, o Brasil passou de um conglomerado de plantações para um expressivo parque industrial agrário e de serviços. Passou do campo para as cidades. Das oligarquias rurais para os novos grupos, segmentos e classes sociais, e uma classe média afluyente.

O problema atual de ajustar as contas do governo, de retomar o crescimento e de aprimorar a democracia como forma de organização pública da vida nacional é a maneira de aparecer do velho dilema: acumulação ou distribuição?, numa situação de profunda crise interna e de gigantescas mudanças no âmbito internacional.

A crise nacional repousa precisamente nisto: não se conseguiu um consenso sócio político mínimo entre os segmentos sociais mais representativos para implementar um projeto político capaz de gerar operadores legítimos para contrariar certos interesses e estimular a outros, e, ao mesmo tempo, realizar alianças para a implementação deste projeto.

A crise brasileira tem uma especialidade que a distingue de qualquer país desenvolvido. Trata-se aqui de constituir a cidadania como uma situação social possível de ser alcançada pelas grandes maiorias, sendo que se aceita a forma democrática como a instituição necessária para superar os conflitos inerentes a esse processo.

Face a este quadro cabe, desde o ponto de vista das atividades agrárias e agroindustriais, perguntar: A que herança renunciamos? A que herança aceitamos? Como aceitar e renunciar se posicionam frente à necessidade de desbloquear o crescimento e superar o subdesenvolvimento? Como pensar o futuro brasileiro visto através das forças agrárias herdadas?

Uma avaliação geral nos permite dizer que a modernização do meio rural no Brasil foi parcial. Encarada do ângulo dos produtos, dos produtores, das localidades e regiões, a modernização foi um proceso parcial. Mas, dizer somente isto seria muito pouco, uma vez que seria fazer tábula rasa do principal, ou seja, que a parcialidade impôs condições gerais de produção e distribuição.

O futuro nos indica que a concentração nas atividades agrárias dinâmica será uma tendência marcante. Pensar em contrapor-se a ela por processos tais como a desconcentração da propriedade da terra, democratização da vida econômica e social da gente pobre e miserável de campo, seria uma forma anacrônica de encarar a superação possível dos problemas dessa gente.

O subdesenvolvimento do Brasil não radica em sua agricultura, em sua agroindústria e em sua indústria, comércio e serviços, mesmo que nestes setores, como em outros de nossa vida nacional, tenhamos que superar defasagens tecnológicas, organizacionais e institucionais. Nosso subdesenvolvimento se funda na inexistência de instituições capazes de permitir a transferência de fundos intersetoriais, em relação aos quais se considere os serviços sociais como condição indispensável para assegurar o crescimento econômico e uma coesão social dinâmica.

Os serviços sociais não poderão ser vistos como um desperdício do excedente econômico-financeiro gerado na dita esfera produtiva da economia. Há que entendê-los como um resultado de várias revoluções industriais, contemporaneamente requeridos para que novas revoluções econômicas possam acontecer.

SUMMARY

In the last forty years, Brazil went from a conglomeration of plantations to being an impressive industrial park, and agricultural and services sectors. It moved from the country into the cities; from rural oligarchy to new social groups, segments and classes, and an affluent middle class.

The current problem of adjusting government accounts, of reactivating growth and fine tuning democracy as a public organization for the inhabitants of a country, is just another side of the same dilemma: accumulation or distribution or distribution, in a time of profound internal crisis and unprecedented changes throughout the world.

A national crisis is simply the inability to achieve a minimal socio-political consensus among the most representative social segments, in order to implement a political project that can generate legitimate actors to counteract certain interests and stimulate others, and, at the same time, establish alliances to execute the project.

The Brazilian crisis has unique characteristics which distinguish it from all other developed countries. Brazil is trying to establish a society in which all its citizens can fully enjoy their overcoming the conflicts that are inherent to this process.

Faced with situation, and from the point of view of agricultural and agroindustrial activities, we must ask ourselves: What inheritance do we relinquish? What inheritance do we accept?

how can we decide to accept and relinquish in view of the need to promote growth and eliminate underdevelopment? How can we think of Brazil's future, considering the agricultural forces that have been inherited?

A general evaluation of rural modernization in Brazil indicates that it was only partial. From the point of view of products, farms, locations and regions, modernization was a partial process. But, to say only this would be an understatement, because this partial nature of process imposes general conditions on production and distribution.

The future indicates that the concentration of dynamic agricultural activities will become more and more prevalent. To counteract this with process such as the deconcentration of land ownership, capital, wealth, and market power in order to democratize the economic and social lives of the poor and impoverished rural population would be an outdated way of overcoming the problems that beset this sector.

Underdevelopment in Brazil does not stem from its agriculture, its agroindustry or its industry, trade or services. Even in these sectors, as in other sector of our collective national life, we have to overcome technological, organizational and institutional gaps. Our underdevelopment is based on the lack of institutions that can transfer inter-sectoral funds. With regard to these institutions, social services are seen as a sine qua non for ensuring economic growth and dynamic social harmony.

Social services cannot be seen as the economic-financial leftover surplus generated in the so-called productive sector of the economy. They must be seen as the result of several industrial revolutions, and are still necessary today in order to bring about new economic revolutions.